

A resignificação do sujeito latino americano a partir da perspectiva pós-colonial aplicada às Relações Internacionais

La resignificación del sujeto latinoamericano desde la perspectiva post-colonial aplicada a las relaciones internacionales

The resignification of the Latin American subject from the postcolonial perspective applied to International Relations

Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa ¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar e verificar como a partir do surgimento das teorias pós-coloniais uma nova percepção da história política, econômica e social da América Latina tornou-se possível. A intensificação do processo de globalização e o surgimento de novos atores inseridos dentro de um sistema internacional assimétrico impulsionaram novas teorizações dos estudos internacionais, na medida em que até então prevalecia tradicionais análises que desconsideravam elementos específicos da formação da sociedade latino-americana e negava as consequências sobre sujeitos colonizados. A partir das contribuições pós-coloniais, procura-se evidenciar a história do sujeito latino-americano por meio de uma nova ótica de análise teórica, reescrevendo a história das relações internacionais sob diferentes variáveis pautadas pela importância histórico-política dessa temática. Para responder aos objetivos do trabalho, se realiza pesquisa documental bibliográfica pertinente ao tema e outros documentos que pudessem ajudar a compreender a problemática levantada.

Palavras-chave: Relações Internacionais; América Latina; Pós-colonialismo.

Resumen

Este artículo pretende analizar y comprobar como desde la aparición de las teorías poscoloniales una nueva percepción de la historia política, económica y social de América Latina se hizo posible. La intensificación del proceso de globalización y la aparición de nuevos actores introducidos dentro de un sistema internacional asimétrico ha impulsado nuevos estudios internacionales, en la medida en que hasta entonces prevalecía el análisis tradicional que no consideraban elementos específicos de la formación de la sociedad latinoamericana y negó las consecuencias sobre los sujetos colonizados. A partir de las bibliografías de las aportaciones pos-colonial, se trata de resaltar la historia de la materia de América Latina a través de una nueva perspectiva de análisis teórico, la reescritura de la historia de las relaciones internacionales bajo diferentes variables guiado por la importancia histórico-político a este tema. Para responder a los objetivos del trabajo, se realiza investigación documental bibliográfica pertinente al tema y otros documentos que pudieran ayudar a comprender la problemática planteada

Palabras claves: Relaciones Internacionales; America Latina; Pos-colonialismo.

¹ Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI- América do Sul). Bolsista DS/UNILA. Este artigo é uma continuação do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Pampa do ano de 2015. E-mail: aruana1333@gmail.com.

Abstract

This article aims to analyze and check as from the emergence of postcolonial theories a new perception of political history, economic and social development of Latin America became possible. The intensification of the process of globalisation and the emergence of new actors entered within an international system asymmetric boosted new theorizations of international studies, to the extent that until then prevailed disrespect traditional analyzes that specific elements of the formation of the Latin American society and denied the consequences on subjects colonized. From the contributions post-colonial, it seeks to highlight the history of the subject of Latin America through a new perspective of theoretical analysis, rewriting the history of international relations under different variables were guided by political-historical importance to this theme. To meet the objectives of the work carried out documentary research literature review pertinent to the theme and other documents that could help to understand the problems raised.

Keywords: Internacional Relation; Latin America; Postcolonial.

1 Introdução

“Teoria é o trabalho que o centro faz”.

A partir desta afirmação de Raewyn Connell, em seu artigo *A Iminente Revolução na Teoria Social*, procura-se analisar como a produção teórica e intelectual do conhecimento pode contribuir para o desenvolvimento (neste caso subdesenvolvimento) de uma sociedade, como foi o caso da América Latina.

A autora afirma que “se teoria é o trabalho que o centro faz, então a mudança revolucionária é possível” (CONNELL, 2012, p. 10), e esta mudança pode ser percebida quando passa-se a produzir o conhecimento a partir de uma visão não hegemônica (considerando aqui os denominados países do Norte global), a fim de ressignificar conceitos e construir uma nova ótica do viver e do ser. Posteriormente tratado com autores como Aníbal Quijano.

Neste sentido, como Connell (2012) afirma, as teorias do centro não serviriam para explicar as peculiaridades dos acontecimentos do Sul porque tais autores não vivenciaram nesta parte mundo a caracterização de uma sociedade impedida naturalmente de se desenvolver, ou seja, a vivência em determinadas realidades são cruciais para situar teoricamente questionamentos e as devidas explicações para acontecimentos históricos.

Elementos derivados da colonialidade política, econômica, social e científica do conhecimento (QUIJANO, 2005), promoveram uma interrupção do processo de desenvolvimento natural dos países periféricos, trazendo aqui a realidade latino-americana como um dos mais diversos exemplos.

Exposto isso, utiliza-se as contribuições das teorias pós-coloniais para melhor entendimento dos processos de colonização que as sociedades latino-americanas vivenciaram dentro de uma análise fora dos padrões estadocêntricos que desconsideram as características

sociais de uma população. E posteriormente, abordam-se, a partir da perspectiva pós-colonial, algumas considerações de autores de-coloniais, para um contexto localmente situado, a América Latina, com as devidas distinções e paradigmas socialmente apontados.

As teorias pós-coloniais sugeriram a partir do paradigma dos desdobramentos das relações internacionais no mundo, na medida em que as relações entre os diversos atores presentes no sistema internacional, em sua maioria, estiveram pautadas por uma troca não igualitária e enviesada num arcabouço teórico de igual teor discriminatório.

O surgimento de um novo sistema na ordem internacional a partir do século XX (CAVALLARI, 2014, p. 2) impulsionou a formulação de teorias que, para além de questionar, procuravam desconstruir a tradicional análise teórica que prevalecia nos estudos internacionais, na medida em que tais teorias se apresentavam de forma desigual para os diversos indivíduos presentes dentro desse cenário. Quanto à utilização do termo pós-colonialismo, Ballestrin afirma que existem dois entendimentos:

Depreendem-se do termo “pós-colonialismo” basicamente dois entendimentos. O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, a independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo— especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (2013, p.90).

O pós-colonialismo, portanto, “em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.91).

Segundo, a autora traz que foi uma tríade francesa encabeçada por Franz Fanon, Albert Memmi e Césaire que ascendeu o debate pós-colonial, destacando que o surgimento de dois grupos que questionariam os processos colonizadores sendo catalizadores do fortalecimento das teorias pós-coloniais. Tais grupos foram conhecidos como o Grupo Sul Asiático de Estudos Subalternos e o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos que, mais tarde ficaria conhecido como Grupo Modernidade/Colonialidade.

Igualmente, na década de 1970/1980 surge na Índia um grupo de estudiosos que procuraram desenvolver uma crítica ao eurocentrismo que permeava a própria literatura indiana desde a colonização britânica. Os Subaltern Studies, como ficaram conhecidos, entre os seus principais autores, podemos citar Gayatri Chakrabarty Spivak, uma indiana que em seu famoso artigo, *Pode o Subalterno Falar?*, chama atenção para a reprodução de um

discurso ocidental da forma representativa que se tem do Terceiro Mundo, onde argumenta que “a produção intelectual do ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (SPIVAK, 2010, p.9).

Com a fundação do Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos, a América Latina passa a se inserir dentro desse debate, onde importantes contribuições foram realizadas por autores que pensavam a partir do Sul global. É importante ressaltar que os autores posteriormente mencionados fizeram parte do grupo Modernidade/Colonialidade, outra vertente epistemológica oriunda da crítica latino-americana a alguns autores pós-coloniais, denominada aqui decolonial.

Aníbal Quijano, em seu texto *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, alerta-nos para uma construção de um capitalismo colonial e moderno baseado na implementação na América Latina do conceito de raça como forma de legitimar a colonização, ou seja, através da introdução deste conceito de separação e de referência de que outros indivíduos são naturalmente inferiores, os europeus concretizaram sua dominação sobre o continente:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 107,108).

Deste modo, o autor afirma que a raça tornou-se uma variável que possibilitou a hierarquização dos papéis dentro da sociedade de forma a classificar a sociedade baseado neste critério. Podemos nos referir aqui, ao processo de marginalização sofrido pela população indígena no contexto latino-americano, onde ao decorrer dos séculos, passou por adversidades muitas vezes oriundas desta classificação descrita por Quijano, levando à sua histórica exclusão dos meios sócio-políticos e econômicos do país.

Sobre os indígenas e a relação de trabalho estabelecida com os mesmos durante a colonização, Quijano afirma que:

O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. A eliminação dessa prática

colonial não termina, de fato, senão com a derrota dos encomendeiros, em meados do século XVI. A reorganização política do colonialismo ibérico que se seguiu implicou uma nova política de reorganização populacional dos índios e de suas relações com os colonizadores. Mas nem por isso os índios foram daí em diante trabalhadores livres e assalariados. Daí em diante foram adscritos à servidão não remunerada (QUIJANO, 2005, p. 109).

Ao passar dos anos a Europa consolidava-se como centro do capitalismo mundial que surgia e utilizava de diferentes estratégias para que sua relação de dominação com outros continentes permanecesse de forma a beneficiar crescentemente os colonizadores, ou seja, a imposição além da área econômica passou a ser traduzida também em questões culturais e linguísticas, diante da busca de benefícios para o Centro de poder que se tornara.

Partindo para uma perspectiva de análise do sistema econômico, o autor em questão trata de analisar o capitalismo como uma estrutura que criou formas de controlar o trabalho, contribuindo para o fortalecimento da dominação estabelecida sobre a América, na medida em que um novo padrão de poder constituía-se através da exploração do trabalho numa articulação com o capital:

“(…) estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial” (QUIJANO, 2005, p.108).

Por consequência, o controle sobre alguns grupos passava a ser relacionado com o critério raça/trabalho.

O autor ainda traz o conceito de *Colonialidade do Saber*, essencial contribuição para que o capitalismo europeu se desenvolvesse na América, onde, a partir da produção deste conhecimento que entendia a modernidade protagonizada apenas por europeus, desenvolveu-se o conceito de eurocentrismo:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo e, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada a específica secularização burguesa do pensamento europeu e a experiência e as necessidades do padrão mundial de poder capitalista,

colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 9).

Bartolomé Clavero afirma que “A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual” (1994, p.21-22), fazendo uma crítica às concepções universalistas que os europeus designavam ao resto do mundo “criando processos de exclusão” (LANDER, 2005, p.10).

Edgardo Lander também foi um importante autor da perspectiva crítica aqui proposta, inserindo a América Latina neste debate ao trazer um questionamento da preponderância do pensamento neoliberal dentro das explicações da construção da sociedade moderna, onde o neoliberalismo sendo implementado não somente como um sistema político e econômico, mas também que o seu pensamento serviu para legitimar e fornecer as únicas explicações viáveis e aceitáveis para os processos que se desenvolviam dentro do cenário global, contribuindo para o que Connell (2012) denominava de “uma divisão imperial do trabalho” de forma a estruturar o conhecimento que usualmente chamamos de “teoria”. A respeito disso, Lander afirma que:

“(…) O neoliberalismo é um excepcional extrato purificado e, portanto, despojado de tensões e contradições, de tendências e opções civilizatórias que têm uma longa história na sociedade ocidental. Isso lhe dá a capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade moderna. A eficácia hegemônica atual desta síntese sustenta-se nas tectônicas transformações nas relações de poder ocorridas no mundo nas últimas décadas. O desaparecimento ou derrota das principais oposições políticas que historicamente se confrontavam com a sociedade liberal (o socialismo real e as organizações e lutas populares anticapitalistas em todas as partes do mundo), bem como a riqueza e o poderio militar sem rivais das sociedades industriais do Norte, contribuem para a imagem da sociedade liberal de mercado como a única opção possível, como o *fim da História*. No entanto, a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política; pelo contrário, trata-se de uma idéia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos (LANDER, 2005, p. 8).

Destarte, o autor alerta que a forma capitalista liberal da sociedade europeia passou a vigorar em todo o mundo através da submissão promovida sobre outros povos e que, diante dos processos de colonização, esse modo de vida tornou-se natural ao resto do mundo, uma vez que a superioridade dos colonizadores passou a ser hegemônica num cenário permeado pela destruição de outras formas organizacionais antes encontradas em diversas regiões, como o caso dos indígenas.

As perspectivas políticas e econômicas então passam a estar ligada a produção do conhecimento, e questionar esta ordem deve ser também um dos objetivos da descolonização do saber, pois:

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais (LANDER, 2005, p.8).

O sujeito sem rosto (GOSFRUGUEL, 2007) e a universalidade introduzida pelo que é produzido na Europa, passa a ser característica única de entendimento da sociedade política e econômica pelo viés liberal. A colonização então, também é perpetuada pelo conhecimento científico que usualmente legitima as outras formas de submissão dos povos, iniciada no século XV e XVI.

2 A perspectiva pós-colonial, as relações internacionais e a América Latina

A perspectiva pós-colonial traz importantes variáveis para que possamos entender as relações internacionais a partir de outro paradigma.

O que deve ser observado é que a construção de uma rede de dominação sobre outros povos perpassa o caráter econômico e político que geralmente procuramos considerar, englobando como característica também a essa dominação a imposição de um saber científico que teoricamente, contribuiu para legitimar e produzir uma lógica colonizadora dentro de inúmeros países, a exemplo da América Latina, objeto de estudo do trabalho.

O saber colonial, em grande parte ou, em sua maioria produzido nos denominados “países desenvolvidos” possibilitou que os processos de colonização sobre a América com início no século XV, se propagasse para um novo colonialismo que ainda hoje é capaz de criar dependências e introduzir dentro das sociedades características historicamente construídas para que a submissão não fosse superada, seja pela divisão em raça ou pela colonialidade do saber que Quijano (2005) nos fala .

No que se refere à construção da moderna sociedade internacional, citamos dois paradigmas, segundo as contribuições de Dussel (2005): de um lado a modernidade se construiria como processo de emancipação das sociedades atrasadas, levando desta forma o desenvolvimento para estes indivíduos como processo civilizador; por outro a construção de

tal processo se deu através de uma violência sem precedentes que deixou reflexos ainda não superados por essas sociedades colonizadas de forma justa segundo a visão europeia.

O autor ainda cita o “Mito da Modernidade”, que apesar da citação abaixo ser longa, faz importantes contribuições para o entendimento do mesmo no contexto que aqui é abordado.

Elencam-se os cinco primeiros:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista.).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera) (DUSSEL, 2005, p. 29).

Segundo, as disparidades sociais, políticas e econômicas advindas desse processo histórico descrito acima é resultado de um sistema internacional construído sob preceitos discriminatórios e enviesados por uma teorização que em muito contribui para que as sociedades dos países periféricos estejam continuamente presas em laços de dependência historicamente construídos e que, ainda hoje insistem em permanecer de forma desigual.

As contribuições pós-coloniais, segundo Fonseca e Jerrems (2012) além de questionar essa primazia, possibilitou construir uma nova categoria de diálogo pluricultural, englobando “formas outras de saber, pensar y vivir” (2012, p. 117).

Diante do objeto de pesquisa apresentado no trabalho, um paralelo pode ser feito a partir destas contribuições teóricas citadas, pois, assim como uma diversidade de países foram afetados pela imposição do modo econômico capitalista europeu, a América Latina e a população indígena que habitava seus territórios estiveram inseridas dentro deste contexto pautado pelo não reconhecimento destes indivíduos como sujeitos de direito a partir do momento em que a colonização propiciou um largo distanciamento entre o Estado e a proteção dos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e étnicos dessas pessoas, ao passo que a economia mundo desenvolvia-se baseada na exploração destes povos.

Ainda à luz das contribuições pós-coloniais, convém ressaltar que o desenvolvimento de uma economia europeia capitalista, deve-se em grande parte a contribuição latino-americana a essa consolidação de um sistema-mundo que se apoiara da América Latina para

dar seguimento ao seu projeto de acumulação que resultaria em uma Europa mais desenvolvida economicamente².

O termo sistema-mundo é utilizado aqui segundo as contribuições de WALLERSTEIN (2001) a teorização nas relações internacionais, uma vez que o autor divide as economias mundiais em três aspectos. Essa divisão é evidenciada por Arruda:

As economias-mundo estão divididas, pois, em Estados do centro e áreas periféricas. Existem também semiperiferias, que estão entre o centro e a periferia em variadas condições, tais como a complexidade das atividades econômicas, a força do aparato do Estado, a integração cultural. O processo em marcha de uma economia-mundo tende a aumentar as distâncias econômicas e sociais entre suas áreas distintas. Neste caso, regiões particulares do mundo podem mudar seu papel. A arena externa de um século se converte, com frequência, na periferia ou semiperiferia do século seguinte. Mas também, por outro lado, os Estados do centro podem converter-se em semiperiféricos e os semiperiféricos em periféricos (ARRUDA, 1983, p. 172).

A abordagem do sistema-mundo entende que a própria concepção do sistema tornou certas regiões do mundo mais desenvolvidas que outras, explicando aqui as diferenças existentes entre as mesmas. A economia mundo então desenvolver-se-ia em virtude de uma monopolização da produção no Centro:

A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados de capacidades, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos. Por isso, os aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar (e mesmo promover) em suas jurisdições uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração e criando (reforçando) as estruturas domiciliares que permitiam a sobrevivência dessa força de trabalho. Assim, o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário, os quais se tornaram dramaticamente divergentes nas diferentes regiões do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2001, p. 30).

Diante da análise da economia capitalista mundial feita pelo autor, cabe ressaltar o que ele considera como “etnização” da força de trabalho no sistema-mundo, definindo uma hierarquização populacional dentro deste sistema que passou a denominar certos indivíduos como inferiores (WALLERSTEIN, 2001, p. 104). Isso nos remete, no contexto analisado no trabalho, aos crescentes e desiguais acontecimentos em relação à população indígena latino-americana, uma vez que, desde o século XIX e a criação dos Estados-nação na região, o que se evidenciava era a exclusão do indígena dos meios políticos, sociais e conseqüentemente econômicos, na medida em que critérios de divisão social baseados em uma ideologia racista

² Aqui vamos de encontro à ideia de Ruy Mauro Marini: “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (2014, p.47).

fundamentalmente contribuíram para uma desproporcional distribuição coletiva da riqueza produzida.

A análise de Immanuel Wallerstein também se encontra com os autores anteriormente citados no que se refere à crítica que faz em relação às ciências sociais como forma de perpetuar um saber eurocêntrico e ainda assim ser “um produto do sistema-mundo moderno, e o eurocentrismo é constitutivo da geocultura do mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2002, p. 105). Portanto, a ciência trabalharia, ao nosso entender, em favor do colonizador quando se propaga um conhecimento produzido na Europa como universal e que, a forma como enfrentariam os problemas mundiais contemporâneos seriam as mais apropriadas segundo esta concepção. E, entendendo as relações internacionais como uma ciência social aplicada, justifica-se a utilização das críticas de tais autores a tradicionalidade da disciplina para fundamentar o nosso trabalho.

Considerações Finais

A secularização que ocorreu nas sociedades colonizadas, em especial ao processo vivenciado pela América Latina, que perpassou as variáveis econômicas e políticas e pode ser percebida até na produção e formulação do conhecimento, contribuiu para que uma sociedade baseada em princípios discriminatórios e excludentes fosse ao longo dos anos sendo concebida por um patamar de classificação social que ainda hoje se observa resquícios nos diferentes países latino-americanos.

Procuramos com as teorias e conceitos apresentados elucidar o leitor quanto à construção de um sistema internacional econômico moderno enviesado pelo saber europeu, gerando consequências no que se refere ao entendimento da história político-econômica mundial e como a partir do estabelecimento de uma economia capitalista diversas estratégias foram utilizadas para sua consolidação. O questionamento a essa lógica internacional desigual foi teorizada pelos pensadores pós-coloniais e decoloniais citados no início deste trabalho que, fundamentalmente contribuíram para uma possível descolonização do saber na área.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, Roberto Regalado. **América Latina entre siglos, Dominación, Crisis, Lucha Social y Alternativas Políticas de la Izquierda**. Melbourne: Ed. Ocean Press, 2006.259p.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____, Luis Fernando. **Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política. CEDEC, n. 83, p. 179-216, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/125433>>.

BALLESTRIN, Luciana. (2013) **América Latina e o Giro Decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política. no.11 Brasília May/Aug. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Taxa de incidência de pobreza na Bolívia.** Washington, D.C. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/lac-equity-lab1/poverty> . Acesso em: 20 agosto de 2017.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias.** Editora: Brasiliense, 1997.

BOLÍVIA, Constituição (2009). Fevereiro de 2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005). “**Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’**”, em LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso.

CLAVERO, Bartolomé. **Tribunal Constitucional en Estado Plurinacional: El Reto Constituyente de Bolivia.** Revista Española de Derecho Constitucional ISSN: 0211-5743, núm. 94, enero-abril (2012), págs. 00-00.

CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales / Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de Camargo.** — Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 2006. 352p.

CAVALLARI, Bruna. O diálogo entre Pós-Colonialismo e Relações Internacionais. Disponível em: http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/AT8-EstudiosPoscolonialesyTeoriaCritica/BrunaCavallari_ODialogo.pdf.

CONNELL, Raewyn. **A iminente revolução na teoria social.** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 27, n. 80, p. 09-20, Oct. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>.

COX, Robert. “**Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**”. Millennium, vol. 10, no. 2, 1981, pp. 126-155.

CLAVERO, Bartolomé. **Derecho indígena y cultura constitucional en América.** 1994. México: Siglo XXI.

CUNHA, André Moreira. **Reflexões sobre a crise boliviana.** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 5-30, nov. 2004.

CUNHA FILHO, Clayton M; VIANA, João Paulo S. L. **A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, estabilidade, e refundação institucional.** In:

Integração Sul-americana: desafios e perspectivas. Editora Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS. Assembléia Geral da ONU, 107ª Sessão Plenária (13 de set.de 2007). Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> Acesso em 22 de setembro de 2017.

FONSECA, Melody; JERREMS, Ari. **Pensamiento decolonial: ¿una “nueva” apuesta en las Relaciones Internacionales?**. Relaciones Internacionales, núm. 19, febrero de 2012 GERI – UAM.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Sociologia de los movimientos sociais na Bolívia. Estruturas de movilización, repertórios culturales y acción política.** La Paz: Diakonía-Oxfam, 2004.

_____, Álvaro, 1962- **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia;** organização e prefácio Pablo Stefanoni; tradução Mouzar Benedito e Igor Ojeda. – São Paulo: Boitempo, 2010.

GROSFOGUEL, Ramon (2007). **Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aime Cesaire hasta los zapatistas,** em CASTRO-GOMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporaneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

HOBSBAWN, Eric. **As origens da Revolução Industrial,** São Paulo: Global, 1979.
LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> Acesso em 22 de setembro de 2017.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política). Livro 1: O Processo de Produção do Capital.** 3ª edição. Ed. Civilização Brasileira, 1975.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** 5. Ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MERLE, Marcel (1981). **Sociologia das Relações Internacionais.** Brasília: UnB.

MINGNOLO, Walter. (2008). **“La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso”.** Tabula Rasa, n.8, p. 243-282.

_____, Walter D. **Histórias Locales/Diseños Globales .** Madrid: Akal. 2003.

MOURA E CASTRO, Luiz Fernando Damaceno. **Nova Constituição Boliviana**. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20071205112142.pdf . Acesso em: 22 setembro de 2017.

QUIJANO, Anibal. **Estado-Nación, Ciudadanía y Democracia em Cuestión**. In: Gonzáles, Helena; Schmidt, Heidulf (org.). **Democracia Para Uma Nueva Sociedad** .

_____ (2000). “**Colonialidad del poder y clasificacion social**”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

_____ (2005). **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942- **Pode o subalterno falar?** .Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p. (Babel).

VIANA, João Paulo S. L; MIGUEL, Vinícius V. Raduan. **Bolívia: ascensão indígena ao poder e o Movimento ao Socialismo (MAS)**. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Vol. 1, No 1 (2012). Disponível em: <http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/viewArticle/52>. Acesso em: 20 set. 2017.

VIDAL, Francisco Baqueiro. **Um marco do fundamentalismo neoliberal: hayek e o caminho da servidão**. Observatório Social do Nordeste (OBSERVANORDESTE). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal.pdf> . Acesso em: 24 setembro 2017.

VALLE, Caio Graco. **Os sistemas-mundo e a Globalização**. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/379>>. Acesso em: 24 setembro 2017 [s.i] 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**; tradução Renato Aguiar; revisão de tradução César Benjamin e Immanuel Wallerstein. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 144 p.

_____, Immanuel Maurice. **O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002, 315 p.

_____, Immanuel Maurice. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.